

ATA DE REUNIÃO PARA EXAME DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 064/17/CPLO/SUPEL/RO

INTERESSADO: SEDUC/RO

Processo Administrativo nº. 0029.019141/2017-34

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE REFEITÓRIO E QUADRA POLIESPORTIVA NA E.E.E.M. JOSINO BRITO, no município de Cacoal/RO

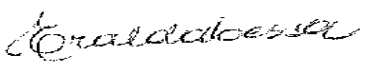
Aos **seis dias do mês de junho de dois mil e dezoito às 08h00min**, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito à avenida: Farquar, s/nº, bairro Pedrinhas – Complexo Rio Madeira, nesta cidade, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela **Portaria nº. 023/GAB/SUPEL, 09 de fevereiro de 2018**, para proceder ao exame do recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **CODRASA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI – ME. DA RECORRENTE**: A empresa **CODRASA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI – ME** contradita o julgamento da decisão da Comissão de Licitação que a inabilitou no processo licitatório em epígrafe, sob a justificativa de que a mesma descumpriu a regra editalícia contida no item 16.4, alínea “d” do edital, apresentando atestado de capacidade técnica incompatível com o objeto. Licitado. Afirma que o documento emitido pela prefeitura municipal de Rolim de Moura acostado com a documentação de habilitação, além de suprir as exigências para a qualificação técnica operacional, é superior ao solicitado no edital. **PEDIDO**: Requer que a Comissão reveja e reconsidere a decisão que inabilitou a empresa recorrente, tornando-a apta a prosseguir no certame. Expirado o prazo para interposição de recurso, a Comissão de Licitação deu conhecimento às concorrentes, abrindo o prazo para contra razões de recurso. Não houve

interesse dos participantes em interpor contra razão. **DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO** – Após reanálise de toda documentação apresentada pela empresa recorrente **CODRASA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI – ME**, a Comissão de Licitação, com base no § 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93, decidiu reformular a decisão proferida na sessão de julgamento do dia 15.05.2018, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, constatamos que a recorrente apresentou documentação comprovando capacitação técnica operacional, e em outrora, equivocadamente foi inabilitada no certame. Pelo motivo acima exposto, permanece inabilitada a empresa **NETUNO COMÉRCIO, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA** habilitadas a prosseguir a 2ª fase do certame as empresas: **CODRASA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI – ME, LOIOLA COMÉRCIO, SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP, CONCREZON – CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI, NORTE EDIFICAÇÕES E EMPREENDIMENTOS – EIRELI, CSM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS E MANUTENÇÃO EIRELI – EPP e CONERA – CONSTRUTORA NOVA ERA LTDA**. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada e assinada pelo Presidente e pelos membros da Comissão. Porto Velho-RO, 06 de junho de 2018.


COMISSÃO DE LICITAÇÃO:



NORMAN VERÍSSIMO DA SILVA
PRESIDENTE



ERALDA ETRA MARIA LESSA
MEMBRO



FELIPE ARCHÂNJO
Membro Substituto CPLO



PARECER TÉCNICO

À Comissão Permanente de Licitações em Obras - CPLO

Assunto: Análise Técnica de habilitação em Processo Licitatório para Construção de Refeitório e Quadra Poliesportiva na E.E.E.M. Josino Brito, no município de Cacoal/RO

Senhor Presidente,

Apresento a seguir, as considerações referentes a habilitação de Processo Licitatório, que diz respeito a **“Construção de Refeitório e Quadra Poliesportiva na E.E.E.M. Josino Brito, no município de Cacoal/RO”**.

1- DETALHES TÉCNICOS:

O processo de nº 0029.019141/2017-34-SEDUC/RO onde que a empresa CODRASA COOMERCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI-ME apresenta recurso tempestivo, pois não concorda com a decisão da Comissão de Licitação que a inabilitou em Ata proferida dia 15.05.2018 por não ter apresentado atestado de capacidade técnica de execução piso em concreto armado - 313,00m² .

2. DA ANÁLISE:

O objetivo da qualificação técnica é resguardar a Administração evitando expô-la ao risco de contratar uma empresa que não terá condições de executar os serviços adequadamente. Por outro lado, não se deseja que as exigências de habilitação sejam tão rigorosas como não é nesse caso, a ponto de restringir a competitividade do certame. O objetivo é buscar uma solução técnica que adequem as necessidades do objeto face a complexidade desta obra para quaisquer um dos itens 16.4 do edital, sempre com o intuito de melhor atender ao interesse público.

A empresa **CODRASA COOMERCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI-ME**, afirma que os atestados apresentados são semelhantes aos serviços de execução de **piso em concreto armado - 313,00m²** e detêm características compatíveis ao objeto ora licitado e apresentam metodologias construtivas equivalentes.



• Execução de Laje Pré-Moldada

1º Etapa:

1. Nivelamento do piso que ficará apoiada as escoras metálicas ou de madeira.
2. Execução do escoramento

2º Etapa:

1. Colocação das Vigotas
2. Posicionamento das lajotas ou EPS

3º Etapa:

1. Colocação das demais vigotas ou EPS;
2. Instalação da tubulação elétrica, caixas de passagens. Na maioria das vezes a tubulação de elétrica a ser usada são os eletrodutos rígidos.

4º Etapa:

1. Locar as armaduras de distribuição (tela) e negativas conforme o projeto estrutural.

5º Etapa:

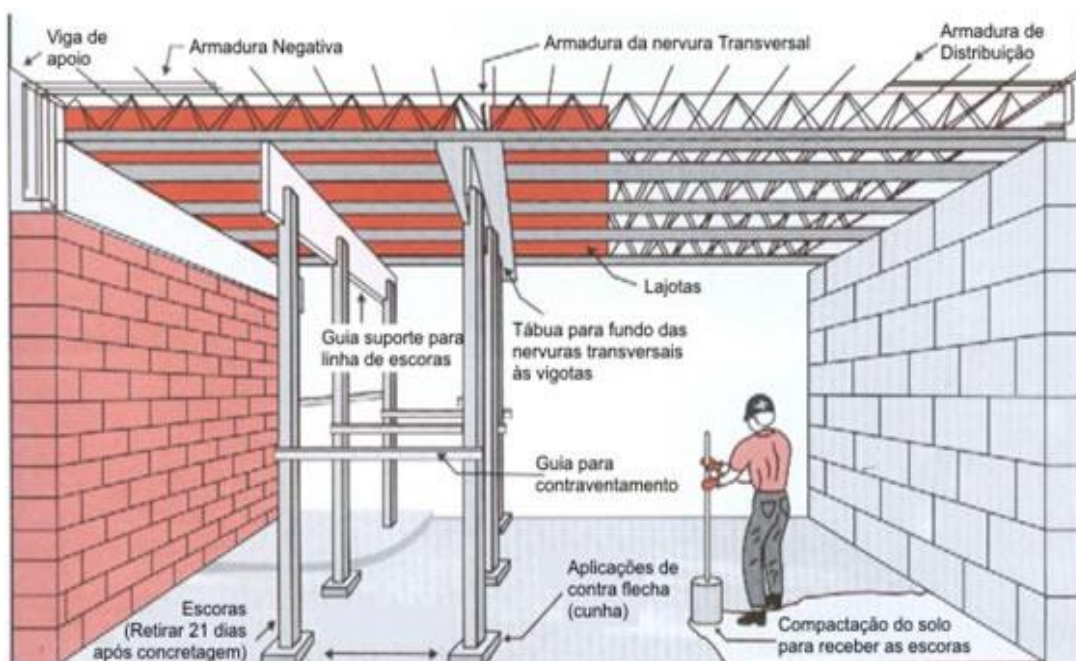
1. Limpeza da área que será concreta, sempre evitando areia, pó, óleo ou outras substâncias que possam isolar o concreto da área que será concretada, prejudicando a transferência de esforços.
2. Umedecimento da área a ser concretada, deve ser molhado a área a ser concretada, pouco antes do lançamento do concreto. Não poderá ser muito molhado para não interferir no fator a/c do concreto.

6º Etapa:

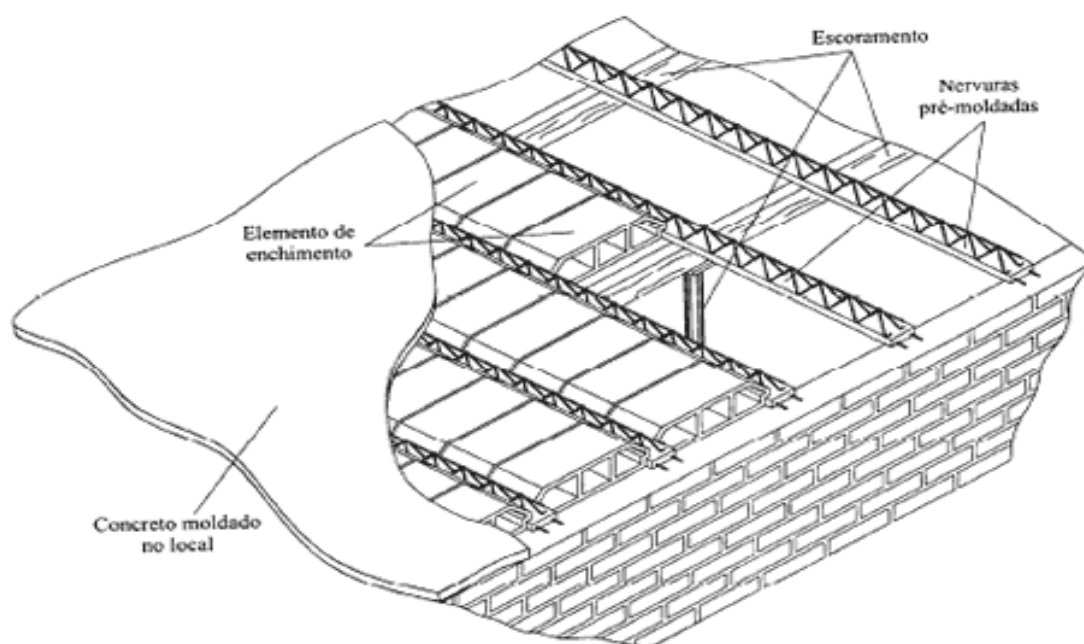
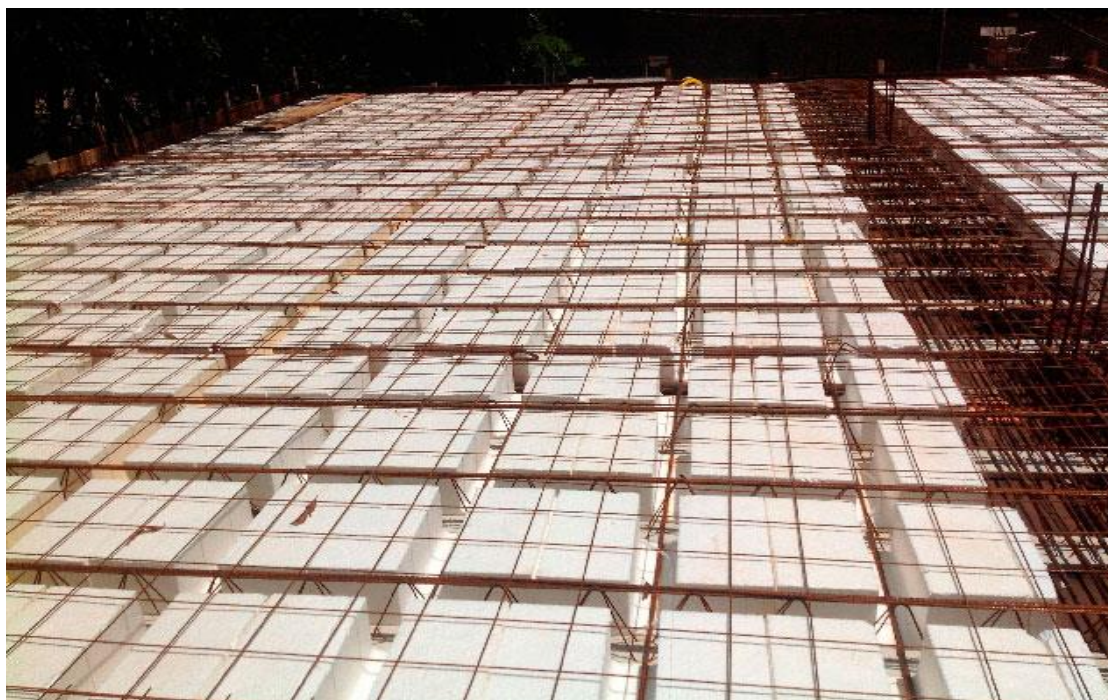
1. Adensamento do concreto a ser lançado pode ser feito com vibrador a motor ou elétrico, para que ele penetre nas juntas da lajotas e vigotas; Lembrando que não pode ser muito vibrado para que não haja segregação dos agregados do concreto.
2. O processo de cura após lançamento é pode ser feito molhando abundantemente a superfície concretada no periodo de três dias, há também quem utilize areia grossa ou lonas para que haja uma menor perda de água nesse processo e controle a fissuração.

7º Etapa:

1. Retirada de Escoramento.



Centro Político Administrativo – Rio Madeira – Palácio Rio Madeira – Edifício Pacaás Novos, 2º Piso, sito à Avenida Farquar, s/nº bairro Pedrinhas – Porto Velho-RO



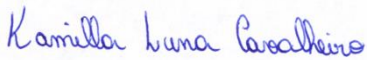
A empresa em apreço demonstrou tecnicamente ter executado serviços com características capaz de atender à exigência técnica do Edital. Importantíssimo salientar que relevância em obra não é valor, mas sim técnica



3. PARECER FINAL:

Diante das observações feitas, constatamos que a mesma preenche os critérios para qualificação técnica. Com base nas informações relatadas, condições do edital e ainda no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, esta Comissão de Licitação decidiu dar provimento ao recurso interposto pela empresa CODRASA COOMERCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI-ME.

Porto Velho/RO, 07 de julho de 2018.


Kamilla Luna Cavalcheiro
Estagiária de Engenharia Civil
Comissão Permanente de Licitações de
Obras – CPLO



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Assessoria Técnica - SUPEL-ASSEJUR

Parecer nº 400/2018/SUPEL-ASSEJUR

PROCESSO: 0029.019141/2017-34

ASSUNTO: ANÁLISE DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE À TOMADA DE PREÇOS Nº. 064/2017/CPLO/SUPEL/RO

PROCEDÊNCIA: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC-RO

OBJETO: Construção De Refeitório e Quadra Poliesportiva na E. E. E. M. Josino Brito, no município de Cacoal/RO;

I. INTRODUÇÃO

1. Trata-se de recursos interpostos tempestivamente pelas licitantes **CODRASA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME** (1796609), com fundamento no art. 109, inciso I, alínea 'b' da Lei Federal nº 8.666/93.
2. O presente processo foi encaminhado a pedido do Senhor Superintendente para fins de análise e parecer.
3. Abrigam os autos a Tomada de Preço nº **064/2017/CPLO/SUPEL/RO**.
4. Não foram apresentados contrarrazões aos autos.

II. ADMISSIBILIDADE

5. Em sede de admissibilidade foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

III. DO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA CODRASA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME

6. A licitante insurge contra decisão que a inabilitou para o certame.
7. Decisão que aponta o descumprimento de forma expressa a alínea "d" do item 16.4 do edital sob alegação de não apresentar comprovação de atestado de capacidade técnica de pisos em contrato armado com tela e juntas de dilatação.
8. Alega a recorrente que apresentou em seu atestado de capacidade técnica descrição semelhante ou superior ao item exigido, sendo capaz de atender as regras editalícias.
9. Pugna a recorrente pela procedência do seu recurso, e reforma da decisão que a inabilitou para o certame.

V. DECISÃO DA COMISSÃO

10. Compulsando os autos, a Comissão julgou **PROCEDENTE** o recurso interposto pela licitante **CODRASA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME**, ficando a empresa habilitada para o certame.

VI. PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL

11. Verificados os requisitos de admissibilidade dos recursos administrativos, quais sejam - tempestividade, legitimidade e interesse -, passamos a análise dos atos praticados na fase recursal.

12. Insurge a licitante contra a decisão que a inabilitou para o certame, apontando descumprimento do item 16.4."d" do edital, ao não apresentar atestado de capacidade compatível com as exigências editalícias.

13. O edital da Tomada de Preços 064/2017 (2082840) após pedido de impugnação sofreu algumas alterações referente a comprovação da capacidade técnica, tendo nova publicação em 20 de abril de 2018, prevendo a necessidade de apresentação de atestado de capacidade técnica referente à comprovação de qualificação técnica, in verbis:

16.4 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: (...)

d) Atestado de Capacidade Técnica (ACT) acompanhado da respectiva ART em nome da licitante, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove a seguinte Capacidade técnico-operacional: A licitante deverá apresentar através do CREA e/ ou CAU documento de responsabilidade técnica de sua qualificação técnica para execução dos serviços e comprovar que executou, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste Projeto e que e façam referência às parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, de forma clara e precisa. Com base na Análise de Pareto e considerando os itens com parcela de maior relevância constante na Planilha Orçamentária, segue as características mínimas a se considerar:

• 111,38 m² de "Estrutura de aço vão de 30 m" correspondente a 10% do quantitativo a ser executado na obra;

• 62,60 m² de "Pisos em concreto armados com tela e juntas de dilatação (esp=10 cm)" correspondente a 10% do quantitativo a ser executado na obra,

Conforme análise da curva ABC, referente a itens de maior relevância.

14. A redação do item estipula a necessidade de apresentação de atestado de capacidade técnica quem comprove o desempenho de atividades compatíveis e pertinentes com o objeto licitado. Tal exigência se coaduna com a disposição da Lei 8.666/93. Percebe-se que não se exige a comprovação de objeto **IDÊNTICO**, pois tal medida restringiria a competitividade do certame, recalcitrando de forma insanável os princípios que orientam o procedimento licitatório.

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

15. Sobre a exigência do atestado de capacidade técnica, o Tribunal de Contas da União já exarou uma súmula, assim delimitando:

Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

16. A recorrente apresentou em sua documentação de habilitação (fl. 23/49 - 1905944) as documentações referente a qualificação técnica.

17. Durante a ata de reunião de julgamento dos documentos de habilitação, restou decidido por inabilitar a empresa **CODRASA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME** por não ter apresentado comprovante de atestado de capacidade de pisos em concreto armado com tela e juntas de dilatação, descumprindo de forma expressa o item 16.4."d" do edital.

18. Os autos foram remetidos para análise técnica através do Parecer (2167305) no qual apontou serem compatíveis com o exigido no edital às especificações apresentadas pela recorrente de execução de laje pré-moldada p/ piso – 112,20m², sobrecarga 200kg/m², vãos até 3,50m/e=8cm, c/ lajotas e cap. c/ concreto fck:20 mpa, 4cm, inter-eixo 38 cm, c/ escoramento (reaprov. 3x) e ferragem negativa, preenchendo os requisitos necessários para a qualificação técnica. Aliás, neste documento está claro que a relevância da obra é a técnica ao invés do preço, razão pela qual a exigência está de acordo com o conteúdo do Art.30, II da Lei nº 8.666/93.

19. Uma vez mais, por se tratar de competência da Equipe técnica de engenharia, não incumbe à SUPEL/RO a apreciação dos quesitos técnicos, mas tão somente a observância da obediência aos princípios que regem o procedimento licitatório. Dessa maneira, tendo por respaldo o Parecer emitido pelos componentes da Equipe Técnica, expedido de forma detalhada e fundamentada, assiste razão à recorrente em seu pleito.

20. Portanto, considerando as informações fornecida pela recorrente, bem como a constatação do setor técnico competente, se vislumbra motivos que ensejem a reforma da decisão de habilitação da recorrente.

21. Ademais, não pode a autoridade condutora do procedimento licitatório agir em excesso de rigor, interpretando as cláusulas do Edital com demasiado formalismo, tornando as exigências como um requisito inalcançável. Assim se manifestou o TRF sobre o tema:

LICITAÇÃO - MANDADO DE SEGURANÇA - INTERPRETAÇÃO DE CLAÚSULAS DO EDITAL - RIGOR EXAGERADO.

O objetivo das licitações públicas é a busca do melhor contrato para a administração, garantindo-se, de outro lado, a igualdade de chances aos concorrentes. Toda a interpretação de editais deve ser feita à conta de tal premissa, e, assim, a exigência do item 4. 1.2., alínea a, do Edital (fls. 10), deve ser entendida cumprida. A declaração exigida não precisa ser formulada com as exatas palavras do edital, mas sim com o conteúdo material que lhe atenda ao conteúdo. Afastado o entendimento restritivo e evitado de excesso de rigor por parte da Comissão da Licitação. Prevalência de interpretação que favoreça à maior participação.

(TRF-2 - REOMS: 24729 99.02.05724-1, Relator: Desembargador Federal Guilherme Couto, Data de Julgamento: 15/03/2006, Quinta Turma Especializada, Data de Publicação: DJU - Data: 23/03/2006 - Página: 101).

22. Assim sendo, deve ser mantida a decisão da comissão que reformou a decisão ficando a empresa **CODRASA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI – ME** habilitada para o certame.

VII. CONCLUSÃO

23. Ante o exposto, opina-se pela manutenção da decisão da Comissão julgando da seguinte forma:

a) **PROCEDENTE** o recurso interposto pela licitante **CODRASA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME**, ficando a empresa habilitada para o certame.

24. A decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que garante a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

25. Encerrada a fase de julgamento dos recursos administrativos, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, dando-se oportunidade para contrarrazão.

26. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso, do art. 109, § 4.º, da Lei n.º 8.666/93, à decisão superior, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.

Porto Velho, 04 de julho de 2018.

Jennyfer de Lima Barros Lichevski
Matrícula 300143084

Cátia Marina Belletti de Brito
Chefe da Assessoria Técnica
Matrícula 300137922

Lauro Lúcio Lacerda
Procurador do Estado



Documento assinado eletronicamente por **LAURO LUCIO LACERDA, Procurador do Estado**, em 04/07/2018, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juraci Jorge da Silva, Procurador(a)**, em 04/07/2018, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jennyfer de Lima Barros Lichevski, Assessor(a)**, em 05/07/2018, às 09:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2176806** e o código CRC **0DC3FC0D**.



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

DECISÃO

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE OBRAS - CPLO

PRESIDENTE NORMAN VIRÍSSIMO DA SILVA

PROCESSO: 0029.019141/2017-34

ASSUNTO: ANÁLISE DO JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE À TOMADA DE PREÇOS Nº 064/2017/CPLO/SUPEL/RO

OBJETO: Construção de refeitório e quadra poliesportiva na E. E. E. M. Josino Brito, no município de Cacoal/RO.

DECISÃO

Em consonância com os motivos expostos na Ata de Reunião para Exame de Recurso Administrativo no anexo (1896112), ao Parecer Técnico no anexo (2167305) ao Parecer proferido pela Assessoria de Análise Técnica no anexo (2176806) o qual opinou pela **MANUTENÇÃO** do julgamento proferido pela Comissão.

DECIDO:

Conhecer e julgar **PROCEDENTE** o recurso interposto pela licitante **CODRASA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME**, ficando a empresa habilitada para o certame.

Em consequência, **MANTENHO** a decisão da CPLO.

À Comissão Permanente de Licitações de Obras para dar ciência às empresas e outras providências aplicáveis à espécie.

Porto Velho, 05 de julho de 2018.

MARCIO ROGÉRIO GABRIEL
Superintendente/SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Rogério Gabriel**,
Superintendente, em 09/07/2018, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2195020** e o código CRC **8C346E12**.

Referência: Caso responda esta Decisão, indicar expressamente o Processo nº 0029.019141/2017-34

SEI nº 2195020